

# ROSÁRIO DA CONCÓRDIA: VIEIRA E OS FUNDAMENTOS MÍSTICOS DA PAZ SOCIAL\*

GUILHERME AMARAL LUZ  
Universidade Federal de Uberlândia

*Resumo:* A escravidão africana na América portuguesa ou, mais especificamente, a concepção jesuítica sobre sua legitimidade ou não, é um assunto sobre o qual a historiografia brasileira é riquíssima em mal entendidos. Seja pelo viés de uma suposta contradição entre escravidão e cristianismo, da postulação (mais ou menos explícita) de uma hipocrisia da Igreja ou da predominância do pragmatismo econômico sobre a universalidade cristã no “pensamento jesuítico”; tais abordagens pouco têm se atentado para o exercício retórico que busca compreender o escravismo no interior da história cristã, conforme os preceitos teológico-políticos assumidos pelos inicianos. Pois os sermões de Vieira sobre a

---

\* Este texto é resultado parcial da pesquisa “Retórica, Poética e Representação Política na América Portuguesa (séculos XVI-XVIII)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Versões anteriores deste artigo foram apresentadas em dois colóquios em 2008, ambos em ocasião do centenário de morte de Machado de Assis e do quarto centenário de nascimento de Antônio Vieira: *Colóquio Vieira & Machado* (Campinas, UNICAMP, 26 a 28 de agosto de 2008) e *Tempos de Vieira e Machado* (Uberlândia, NEPHISPO/UFU, 18 e 19 de setembro de 2008). Agradeço aos organizadores desses dois eventos e ao público presente em minhas falas pelas contribuições que redundaram nesta versão do texto. Especialmente, agradeço as colaborações (comentários, perguntas, considerações) de Josianne Cerasoli, Adriano Machado Ribeiro, Sidney Chalhoub, Christina Lopreato, Joana Muylaert de Araújo e Ana Lúcia Oliveira.

questão, todos eles devotados a Nossa Senhora do Rosário, são, ao mesmo tempo, fontes desses mal entendidos e materiais em potência para sua dissolução. Nesta apresentação, buscaremos mostrar que a concepção de Vieira sobre o cativo africano não se isola da história profética de Portugal como Estado providencialmente destinado a promover o retorno do mundo à primavera dos tempos. Nessa chave de leitura, afinada com a teleologia profética de Vieira, a devoção ao Rosário fornecerá uma gramática de signos a serviço da compreensão alegórico-misteriosa do enigma da escravidão.

*Palavras Chaves:* Antônio Vieira; Escravidão; Rosário

*Abstract:* The Jesuits' conception of African slavery in Portuguese America and its legitimacy has been subject of various misunderstandings in Brazilian Historiography. One of them is the supposed contradiction between slavery and Christianity. Another one is the assumption of a hypocrite Church, which would be more likely to accept slavery for an economical pragmatism than denying it for moral constraints. Such approaches have paid little attention to the rhetorical practices which tried to interweave slavery in Christian history in accordance to certain theological-political precepts. The sermons by Antonio Vieira about this matter are, at the same time, sources for those misunderstandings and potential material for its surpassing. All of them are devoted to Our Lady of Rosario and they cannot be read without reference to the prophetic history of Portugal as a providential State to bring the world back to the Golden Age. Thus, the devotion to Rosario will be read as a grammar of signs for the a hermeneutics of the mystery of modern slavery.

*Key words:* Antônio Vieira; Slavery; Rosario

**E**m introdução bastante conhecida à obra *Cultura e Opulência do Brasil* (1711), do jesuíta italiano João Antônio Andreoni (André João Antonil), Alice Canabrava abre um parêntesis para explicar o que considera ser a “importante função integrativa do escravo ao sistema social”, desempenhada pelo “fator religioso”, fenômeno ao qual relaciona a catequese, as festas, as irmandades e a pregação. Não se equivoca a comentadora, neste sentido, quando afirma que um dos documentos mais elucidativos sobre a questão seja um sermão de Antônio Vieira pregado no engenho de São João, durante a celebração do dia de Nossa Senhora do Rosário. Canabrava se referia ao *Sermão XXVII* da série Maria Rosa Mística<sup>1</sup>. Voltando à obra de Antonil, a comentadora perceberá a atenção

com a qual Andreoni tratou das festas do Rosário, de São Benedito e de São João como as mais importantes para os escravos. Não deixará de notar, ainda, a atenção dada à prática de se rezar o terço pelos cativos<sup>2</sup>.

O trecho que informa Canabrava, no qual Antonil se refere à prática de se rezar o terço entre os escravos, encontra-se no Capítulo IV do Livro I de *Cultura e Opulência do Brasil*. Nesse, o jesuíta ensina a respeito de como o senhor de engenho deve escolher as pessoas “ao seu serviço”, em especial o seu capelão, tratando, ainda, de quais deveriam ser as suas obrigações. O trecho é bastante exemplar:

*Corre (...) por sua conta [do capelão] pôr a todos em paz e atalhar discórdias e procurar que, na capela em que assiste, seja Deus honrado e a Virgem, senhora nossa, cantando-lhe nos sábados as ladainhas, e nos meses em que o engenho não mói, o terço do rosário, não consentindo risadas, nem conversações e práticas indecentes, não só na capela, mas nem ainda no copiar, particularmente quando se celebra o santo sacrifício da missa<sup>3</sup>.*

Nota-se, aqui, um cruzamento interessante entre três elementos que poderiam parecer desconexos para um leitor leigo do século XXI: a devoção à Virgem através do terço do Rosário, o respeito e frequência ao sacramento do altar (sacrifício da missa) e a manutenção da paz e da concórdia no interior do engenho. Pois o objetivo desta apresentação é justamente compreender o nexos teológico entre Rosário, Eucaristia e Concórdia, quando aplicado às circunstâncias da escravidão na América portuguesa. Para isso, propomos considerar mais particularmente dois sermões pregados por Vieira devotados a Nossa Senhora do Rosário. Um deles é dos seus mais famosos, exatamente pela vivacidade das imagens que constrói, muito “breve e discretamente” do engenho como “doce inferno”, aspecto equívoco que gerou das mais diversas (e opostas) interpretações, e também em função da sua eloqüente justificativa do cativo<sup>4</sup>. O outro, por sua vez, não fala dos Pretos, nem a eles. Trata-se de um sermão para companheiros de Ordem, jesuítas, noviços ou estudantes que, no Colégio de São Luís, rezavam o Rosário, com o Santíssimo Sacramento exposto<sup>5</sup>. Com essas escolhas, esperamos elucidar aspectos importantes de uma teoria jesuítica da concórdia e da paz social, tendo em vista as particularidades da sociedade escravista na colônia.

Cabe, aqui, desde já esclarecer um pressuposto que assumimos de que, a princípio, não há qualquer contradição natural ou necessária entre catolicismo e escravidão, entre caridade e violência ou entre conversão e sujeição. Quando dissemos não haver contradição necessária entre a universalidade cristã e o problema da escravidão, não significa que inexistiam tensões e conflitos de consciência no século XVII quando duas gramáticas se entrecruzavam: a do *orbs christianus* e a da mercancia colonial<sup>6</sup>. A redução de homens à escravidão; a indissolubilidade ou não do casamento entre escravos; o reconhecimento dos cativeiros justos e sua necessária separação dos injustos; a legitimidade da posse de escravos pelos próprios religiosos e a questão da possibilidade de remissão das culpas confessas, porém não arrependidas, dos senhores que mantêm cativos injustamente são algumas das questões, se não antiescravistas, ao menos disciplinadoras do escravismo, tratadas por clérigos jesuítas e de outras ordens nos séculos XVI e XVII, na América, na África e na Europa<sup>7</sup>.

Tais questões não foram ignoradas por Antônio Vieira. Contudo, argumentos escravistas mais fortes pareciam dragar a adesão da Companhia de Jesus, de maneira mais geral, ao reconhecimento do que poderíamos entender como “providencialismo” do tráfico negreiro e da escravidão africana na América portuguesa. Se, por um lado, isso não alivia as culpas daqueles que recorrem a métodos ilegítimos e/ou ilegais de obtenção de cativos ou, menos ainda, não desobriga os senhores escravistas de fazerem uso do escravismo de maneira cristã; por outro, submetia os males da escravidão aos bens infinitamente maiores que ela traria ao Império e aos próprios “Pretos”, conforme a economia salvífica do *orbs christianus*. Por isso, conforme a formulação de Luís Filipe Alencastro, os argumentos escravistas têm tanta força, pois:

*No mundo da mercadoria triunfante surgia (...) o argumento mais definitivo em favor do tráfico: o comércio negreiro apresentava-se como um elo fundamental da inserção da África no mercado mundial. Suprimi-lo seria pôr em xeque o domínio ultramarino português e romper a cadeia de comércio montada no Império do Ocidente. **Acessoriamente**, as almas dos negros que poderiam ser remidos pela escravidão na América se perderiam no paganismo dos sertões africanos.*<sup>8</sup>

No trecho acima, o advérbio *acessoriamente* deve ser interpretado com cuidado. Seu sentido é equívoco. Primeiro, pode indicar (como provavelmente indica na concepção de Alencastro) que o argumento mercantil seja mais decisivo do que o teológico. Por outro lado, podemos tomar que a possibilidade de remissão dos africanos na América é acessória em relação a um projeto também teológico (e político) indissociável do sucesso econômico e imperial do domínio ultramarino português. Devemos nos lembrar, aqui, das próprias palavras exordiais de Vieira em sua *História do Futuro*, em que Portugal, como centro de um Império Universal, é representado como “princípio e fim” das maravilhas a serem realizadas pelos Portugueses no mundo:

*(...) a melhor parte dos venturosos futuros que se esperam e a mais gloriosa deles será não somente própria da Nação portuguesa, senão única e singularmente sua. Portugal será o assunto, Portugal o centro, Portugal o teatro, Portugal o princípio e o fim destas maravilhas; e os instrumentos prodigiosos delas os Portugueses.<sup>9</sup>*

Segue, ainda, o jesuíta:

*Tal é a História, Portugueses, que vos presento, e por isso na língua vossa. Se se há-de restituir o Mundo à sua primitiva inteireza e natural formosura, não se poderá consertar um corpo tão grande, sem dor e sentimento dos membros, que estão fora de seu lugar. Alguns gemidos se hão-de ouvir entre vossos aplausos, mas também estes fazem harmonia, se são dos inimigos. Para os inimigos será a dor, para os êmulos a inveja, para os amigos e companheiros o prazer e para vós, então, a glória, e entretanto as Esperanças.<sup>10</sup>*

A história profética de Vieira sobre Portugal como nação destinada a restituir ao mundo a sua original primavera, unificando-o em sua “inteireza”, deve ser pensada no contexto intelectual que J. G. A. Pocock uma vez denominou de *reformatio imperii*. Para o historiador britânico, Portugal e Espanha, a partir dos séculos XV e XVI, transformariam o sentido de império, passando a representá-lo em sua dimensão oceânica, e não mais continental, e exercido não mais sobre “bárbaros”, mas sobre “selvagens”. Nesse sentido, mais do que o tradicional *translatio*

*imperii*, que implicaria um laço de continuidade dos Estados Ibéricos com a dignidade romana e, posteriormente, germânica; Portugal, bem como o fez a Espanha, seguiu no caminho de submeter a noção de império à outra: a de uma enorme e universal monarquia cristã<sup>11</sup>. No caso português – que se aplica também, com nuances, ao espanhol –, a “monarquia universal” cristã vem acompanhada de uma missão salvífica do mundo em nada estranha à tradição imperial, propagada, sobretudo, na poesia épica de herança virgiliana (e mais tarde camoniana) e nas histórias “nacionais”<sup>12</sup>.

Demonstrar a construção histórica de Portugal como nação destinada providencialmente a retomar a unidade do mundo sob a luz do Evangelho é assunto, contudo, que não cabe no limite destas páginas e a respeito do qual muito já se escreveu e vêm sendo escrito<sup>13</sup>. Aqui, vale, sobretudo, recuperar o sentido dessa missão atribuída aos portugueses na base da justificativa mercantil/econômica jesuítica a respeito da escravidão. Se os *negros* na América, como na exemplar formulação de Antonil, são as “mãos e os pés do senhor de engenho”<sup>14</sup>; se, sem os escravos, não há o açúcar, o tráfico negreiro, a produção colonial e o lucrativo mercado do Atlântico Sul; se da escravidão depende a economia do Império e, dela, a força política do Estado Português vocacionado a restabelecer, no mundo, a “primavera dos tempos”; então, na lógica dos inicianos, que reconhecem na trajetória histórica de constituição do Império Ultramarino Português uma escolha divina para revelar-se ao mundo, a escravidão deve ser vista, teologicamente, sob o *topos* do *mistério*.

Estamos entendendo, aqui, como *mistério*, um lugar teológico e retórico cuja inteligibilidade depende de uma hermenêutica autorizada institucionalmente pela Igreja, e de uma arte da agudeza verbal, orientada para a busca de analogias entre objetos extremos. Segundo Alcir Pécora, a “forma misteriosa do modelo sacramental”, que marca a ciência vieiriana/jesuítica dos signos, fundamenta-se no pressuposto de que o arbítrio humano é capaz de conhecer, de maneira alegórico-misteriosa, os desígnios da Providência e seus planos para a humanidade. Tal conhecimento seria, em si, uma dádiva misericordiosa divina que se deixa sinalizar no mundo de modo a animar a vontade dos homens. Por outro lado, ao mesmo tempo em que Deus se revela nos signos sensíveis do

mundo e da natureza, sua presença se faz oculta, como exigência de sua conservação e apuro. O *mistério* é, portanto, uma espécie de jogo de luz e sombra no qual Deus mostra e oculta, de uma só vez, seus desígnios ao conhecimento e ao arbítrio dos homens. Compreendê-lo exige que a proliferação de vozes sobre o sagrado, na confusão do mundo, no labirinto constituído na Cidade dos Homens, dê lugar a uma “correta exegese das coisas”, animada pela instituição hierárquica da Igreja com seus saberes autorizados de interpretação ajustada da Palavra revelada<sup>15</sup>.

Importa, portanto, no lugar do *mistério* da hermenêutica jesuítica, descobrir o princípio natural e divino e a única finalidade para qual tende toda a variedade de coisas, eventos, pessoas (individuais ou coletivas) casos ou ocasiões que se apresentam, no mundo, como objetos perceptíveis aos sentidos humanos. A forma misteriosa implica, assim, a consideração do uno e do diverso na base das analogias. Nela, o mundo deve ser entendido como igual em suas partes, na relação que constituem com sua origem e finalidade divinas; porém diverso nas suas formas e hierarquias, conforme sua condição histórica, ou seja, como efeitos e signos da Causa Primeira<sup>16</sup>. A questão da unidade e da diversidade como articulação misteriosa é, com efeito, um dos mais decisivos elementos para que se perceba a relação entre Sacramento (*mysterium*) e Rosário (com seus quinze mistérios). Passamos assim, à análise do primeiro sermão de Vieira que selecionamos para este trabalho para que, em seguida, o *Sermão XIV* da série Maria Rosa Mística possa ser mais bem compreendido nos fundamentos teológicos que balizam sua defesa da escravidão.

“O Sacramento é o Rosário indigesto, e o Rosário é o Sacramento digerido”. Este quiasmo repete-se diversas vezes no *Sermão de Nossa Senhora do Rosário*, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Luz no Colégio da Companhia de Jesus, em São Luís (Maranhão), no ano de 1654. Nele, condensa-se, como fórmula, a mensagem central do sermão, que, como enuncia Vieira ao final de seu exórdio, é a seguinte: “o mesmo Cristo que no Sacramento se come, no Rosário se digere”<sup>17</sup>. A metáfora alimentar recorrentemente aplicada, com diversas variações, ao longo do texto, inicia-se a partir do extrato dos *Cânticos* que serve de epígrafe ao pregador: *Venter tuus sicut acervus tritici, vallatus lilijs* (Ct, 7). Ou seja, como traduz Vieira, “o teu ventre como monte de trigo, cercado

de rosas”<sup>18</sup>. Não sem recursos à patrística e à filologia, Vieira interpreta essa imagem como a do próprio ventre da Igreja (aqui entendida como *Corpus Mysticum*), sendo o seu trigo o Sacramento do Altar, e as rosas que o cercam e protegem o Rosário de Maria, formado pelo seu “círculo de mistérios”. Assim, o pregador justificará o decoro da matéria que tratará em relação às circunstâncias, nas quais estão unidas duas “grandes devoções”: o Divino Sacramento e Nossa Senhora do Rosário<sup>19</sup>.

Mas o que significa dizer que o Sacramento é o Rosário indigesto e que o Rosário é o Sacramento digerido? Para Vieira, o Sacramento é a fonte da Graça, contudo, tomá-lo pela boca não é suficiente para que haja a nutrição da alma do fiel. Não basta ingerir o sacramento, é necessário igualmente digeri-lo e isto é o que provê o Rosário: força e vigor necessários à digestão do Sacramento. O Rosário permitiria a repartição da substância e da virtude daquilo que se come no Altar por “todas as veias e membros do corpo”<sup>20</sup>, nutrindo, assim, a alma de quem une a frequência à Eucaristia com a prática de devoção ao Rosário. Demonstrar o funcionamento dessa digestão, movendo o auditório às duas devoções é o que propõe o sermão. Para isso, os argumentos são divididos em três partes. Na primeira, Vieira explicará que a digestão do Sacramento pelo Rosário está na distinção da unidade do *mysterium* em quinze mistérios. Em seguida, mostrará o papel das potências da alma na digestão do Sacramento e, logo, na prática de devoção ao Rosário. Por último, terminará com a exortação do público para que meditem atentamente sobre os mistérios do Rosário (especialmente os da Paixão) a fim de emendarem suas condutas conforme os preceitos cristãos.

Na teia engenhosa de alegorias do Sermão, o argumento mais central de Vieira quanto ao papel “digestivo” do Rosário liga-se à ordenação e a repartição do mistério do Sacramento em cinco mistérios gozosos, cinco dolorosos e outros cinco gloriosos. No “acervo”, que representa o Sacramento indigesto, o sermão indica que os mistérios estão escondidos e amontoados na sua “confusão”. A função do Rosário, então, é descobrir esses mistérios e manifestá-los “com diferença e distinção de nomes, e pôr cada um deles em seu próprio lugar”<sup>21</sup>. Esta operação de distinções realizada pelo Rosário de Maria é, para Vieira, análoga à própria Criação e, no limite, à trindade de Deus, mostrando-se, pois, como de ânimo divino e um processo natural. Na criação, a etapa

de geração do todo (indigesto) sucede-se por outra de distinção de suas partes, “digerindo” este todo até chegar à “perfeição”. Primeiramente, Deus teria criado a matéria universal; em seguida, teria gerado, entre Céu e Terra, as criaturas corpóreas, dividindo-as em várias partes e ordenando-as cada uma delas com lugar e perfeição que convinha.

Quanto à trindade, Vieira mostra que um Deus trino e uno é uma substância indigesta, pois infinita, e digesta, pois distinto, ainda que puríssimo, nas formas do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Daí, os mistérios do Rosário, divididos em três grupos, seriam análogos também da trindade, como uma espécie de “trindade humana” de Deus na sua união hipostática com o homem. Assim, o que faz Maria com as rosas de seu Rosário é, segundo o pregador, distinguir, conforme um ânimo divino e uma ordem natural, o alimento que se amontoava confusamente no sacramento. Assim, os “valos de rosas” que cercam o acervo de trigo do Cântico de Salomão o fariam também no sentido em que neles se dividiriam e se distinguiram os mistérios que se encerram no Sacramento.

A seqüência argumentativa do sermão prossegue com a defesa de uma posição segundo a qual a ingestão passiva do sacramento pelo homem não é suficiente para que os mistérios de Cristo operem no fiel, de modo a nutrir sua alma. Vieira defende que as potências interiores humanas são instrumentos dessa nutrição e, portanto, através do Rosário, é com essas potências que os mistérios do sacramento devem ser digeridos. Nesse sentido, o jesuíta constrói analogias entre a “fábrica da nutrição”, segundo Aristóteles e Galeno, e as potências da alma, segundo Santo Agostinho. Assim, os processos de retenção, alteração e união referem-se, analogamente, a ações da *memória*, do *entendimento* (meditação) e da *vontade* (imitação). Conforme o texto do sermão:

*Não instituiu a Senhora o Rosário para rezarmos só com a boca, e com tanta pressa, como se passam as contas; mas para **ter na memória** os mistérios, para os **meditar e cuidar** neles com grande consideração, e para os **tomar por exemplo**, e os **aplicarmos a nossas vidas**.<sup>22</sup>*

A primeira fase da digestão do Sacramento no Rosário dá-se, na direção exposta, pela *memória*, que Vieira chama de “estômago da

alma”<sup>23</sup>. Para o pregador, a *memória* presentifica as coisas ausentes e, portanto, quando os fiéis lembram-se dos mistérios da vida de Cristo, eles os trazem para perto de si e se lançam para perto deles. Assim, transportam-se para perto de Cristo, passando dos mistérios gozosos para os dolorosos e desses para os gloriosos. Já a segunda etapa, do *entendimento*, faz-se pela meditação reflexiva e empática sobre os mistérios de Cristo. Sua ação é assemelhar-se ao que se vê, com os olhos da alma, quando se está novamente em presença mnemônica dos mistérios. Através desse espelhamento de si nos mistérios de Cristo já operariam nos fiéis efeitos de transformação vertical da alma na direção do seu concerto, em conformidade com o exemplo de Cristo. Mas isso dar-se-ia por completo na terceira fase da digestão, realizada na *vontade*, quando o fiel seria incorporado a Deus (fundindo sua vontade com a Dele) de tanto assemelhar-se, pelo entendimento, a Cristo. No conjunto desse processo, aquele que digere o Sacramento por meio do Rosário muda, assemelha-se a Cristo e, enfim, transforma-se, unindo-se finalmente a Deus na unidade do seu *Corpo Místico*<sup>24</sup>.

Concluindo o sermão, Vieira exorta seu auditório a combinar as devoções do Rosário com a do Sacramento, reforçando a harmonia que entre ambos se mostrou. Nesse sentido, o pregador busca persuadir os ouvintes de que os cantos e rezas a serem proferidos diante da imagem do sacrário ou de Nossa Senhora do Rosário devem ser acompanhados pela mais atenta meditação dos “seus soberanos mistérios”. Analogamente aos animais sacrificados, o jesuíta prega que a participação eucarística deve levar o fiel a “ruminar” o Sacramento, digerindo-o vagarosamente e a cada vez que comungar, com o auxílio da devoção do Rosário. Por último, em relação aos mistérios a ser meditados, o pregador elege os da Morte e da Paixão de Cristo (portanto mistérios dolorosos) como os mais importantes. Dirá o jesuíta que o homem herdou de Adão a morte indigesta e por isso tornou-se um pecador. Para não pecar, seguindo neste raciocínio, o homem deve observar a morte, digerindo-a para que se emendem conforme o exemplo do amor de Cristo e sob o temor da danação no Inferno<sup>25</sup>.

Com base no que expomos a respeito deste sermão, é possível, bem como conveniente, elencar um conjunto de lugares que serão úteis para a leitura verossímil do tema do Rosário quando aplicado à

circunstância mais específica da escravidão. Em primeiro lugar, cabe considerar que a harmonia entre Sacramento e Rosário é análoga àquela entre a unidade da essência divina da Criação e a diversidade das partes hierárquicas que a compõem no Ser Criado. Em segundo lugar, deve-se ter em vista que a devoção ao Rosário é entendida como experiência mística ativa e meditativa do fiel e não mera repetição mecânica de fórmulas. O objetivo do devoto do Rosário é colocar-se junto a Cristo, espelhar-se nele e fundir-se em sua vontade redentora. Como devoção, o Rosário é uma espécie de técnica de transformação anímica, familiar à mística inaciana dos *Exercícios Espirituais*, por meio da imitação de Cristo e do exercício da compaixão. Por último, cabe notar que, na hierarquia entre os mistérios do Rosário, têm especial centralidade aqueles relativos aos mistérios dolorosos da Paixão e da Morte de Cristo. Nesse sentido, a devoção do Rosário é também uma meditação sobre a morte e uma preparação para que ela se torne boa. O Rosário, assim, auxiliaria o fiel na expiação de seus pecados, na tomada de consciência de sua condição mortal e na indicação, por meio do exemplo de Cristo revelado nos mistérios, dos caminhos para a redenção.

O *Sermão XIV* – bem como, de forma geral, todos os sermões de Vieira sobre a escravidão – divide-se em duas partes conforme os auditórios mais explícitos aos quais se dirigiam<sup>26</sup>. Via de regra, a pregação sobre o assunto dava-se no interior de igrejas ou capelas em que havia tanto senhores quanto escravos, isso sem falar em figuras “intermediárias”, tais como feitores e capitães-do-mato, por exemplo. Diante dessa heterogeneidade de ouvintes (explícita ou implícita no próprio discurso do sermão), o pregador modulava a disposição de sua fala conforme a distinção de efeitos que ela deveria gerar em cada grupo presente, em especial, os senhores (entendidos como autoridades máximas e cabeça dos engenhos) e os seus escravos (entendidos como mãos e pés de seus senhores). Essa divisão, contudo, não deve ser levada como inalterável em suas posições. Isto é: tanto nos momentos relativos aos escravos quanto nas partes destinadas mais diretamente aos senhores, subentende-se, no sermão, a presença implícita dos ouvidos uns dos outros. Assim, por exemplo, uma imagem, ainda que construída como argumento lançado aos escravos, pode ser vista também como altamente persuasiva (de outros conteúdos) aos senhores. Tal característica traz

relativa dificuldade de entendimento aos analistas atuais, aos quais, muitas vezes, escapa da percepção a polifonia e os ecos deliberadamente produzidos pelo pregador<sup>27</sup>.

No caso do *Sermão XIV*, prevalece, como auditório explícito, aquele constituído pelos escravos. Especificamente aos senhores (ou ao senhor), este sermão quase não fala. Quando não se dirige aos “Pretos”, prega a um suposto auditório universal ou indistinto, presente na ocasião. No exórdio, Vieira fala aos presentes a respeito da circunstância daquela pregação. Seu sentido é demonstrar que aquela festa, de São João Evangelista, na verdade encerra três dias: o do santo, discípulo de Cristo, o de Nossa Senhora do Rosário e o dos Pretos devotos do Rosário. Nessa direção, o jesuíta busca persuadir os fiéis de que três nascimentos, da mesma Mãe e no mesmo dia, nessa festa devem ser celebrados: o de Jesus, o de São João e o dos Pretos, todos nascidos do Calvário. Considerado e explicado o mistério desses três nascimentos, o orador pode voltar-se mais especificamente aos escravos, persuadindo-os e exortando-os a aceitarem de bom grado o cativo como meio de expiação e expurgação dos pecados e, ao mesmo tempo, a tomarem a devoção do Rosário como meio de transformar seu cativo na mais doce e gloriosa liberdade. Nesse momento, implicitamente, Vieira dirige-se também aos senhores, lembrando-os dos tormentos da vida do escravo e dos perigos que representam para a alma do senhor quando as finalidades espirituais daquela situação se perdem sob a predominância do interesse econômico autônomo ou dos excessos de mando e violência, que poderiam fazer, do uso do cativo, atos de tirania<sup>28</sup>.

O primeiro dos filhos da Virgem nascidos no Calvário explicado por Vieira é Jesus. A partir da etimologia da própria palavra Jesus, que significa Salvador, o pregador distingue o nascimento deste, em Jerusalém, do nascimento de Cristo (que quer dizer “ungido”), em Belém. O primeiro nascimento de Cristo teria sido sem dores, mas, antes, cheio de júbilos de alegria para Maria. Já o segundo, de Jesus, teria sido entre “dores, tormentos e afrontas”<sup>29</sup>. Ali, no calvário, tinha o Filho um segundo nascimento e da mesma mãe, só que agora um nascimento doloroso, com um parto igualmente terrível. O Salvador nasce da Paixão e da morte redentora do Filho de Deus, cuja ressurreição é prometida. Maria, por sua vez, é igualmente mãe de Cristo (o unguido) e de Jesus, o Salvador.

No calvário, nasce Jesus e, com ele, a própria possibilidade da Redenção e da remissão dos pecados<sup>30</sup>.

O segundo nascimento referido pelo jesuíta é o de São João Evangelista. Aqui, trata-se de mais um “novo e segundo nascimento”. Como o de Jesus, este também se deu em Jerusalém, no calvário, e do parto de uma mesma mãe. A explicação deste nascimento não é trivial. Para o pregador, segundo *Origines*, João e Cristo passam a ser indistintos a partir do momento em que, na Cruz, Jesus volta-se para Maria e, apontando para João, exclama: *Ecce filius tuus*. Nesse momento, Vieira entende que Jesus e João passam a ser dois em um; eles formam a mesma pessoa, mas mantêm-se infinitamente diversos e em oposição. Um é senhor, mestre, criador e Filho de Deus; o outro, paralelamente, é servo, discípulo, criatura e Filho de Zebedeu. Para explicar a identidade entre esses dois “opostos”, Antônio Vieira reporta-se à autoridade de S. Pedro Damiano, que a entende como mistério semelhante ao Sacramento. João, como o discípulo amado de Cristo, une-se a Jesus em mesma pessoa pelo amor. Aqui, aplica-se uma tópica segundo a qual *amicus est alter ego*. Assim, ali no Calvário, um na Cruz, outro ao seu pé; um em cima, outro em baixo; um no ar, outro na terra, Jesus e João tornaram-se o mesmo em posições opostas e ambos nascendo de novo do ventre doloroso de Maria. Hierarquicamente abaixo de Deus, mas compartilhando de sua essência, João nasceu pela segunda vez, arremata o pregador, como duplicação espiritual, embora inferior, de Cristo ao pé de sua Cruz, pelo efeito do amor de Deus<sup>31</sup>.

A universalização do mistério da união amorosa entre Jesus e João para toda união sacramental entre Deus e os homens que têm fé e conhecimento de Cristo é o que marca a passagem para a explicação do nascimento também dos Pretos, como filhos de Maria, no calvário. Nas palavras do pregador, é filho de Nossa Senhora “todo homem que tem fé e conhecimento de Cristo, de qualquer qualidade, de qualquer nação, e de qualquer cor que seja, ainda que a cor seja tão diferente da dos outros homens, como é a dos Pretos”<sup>32</sup>. Até aqui, temos uma leitura sob o olhar universalista cristão, cujo lugar persuasivo, por excelência é o do Sacramento: ordem indivisível do *Corpo Místico*, que se faz única por meio do amor que une todas as suas partes à totalidade, à sua própria essência divina vocacionada a participar da *Graça*. Mas é

importante que não se perca de vista que a união sacramental dos homens com Deus pelo amor, tal como a união de João e Jesus, não exclui um escalonamento hierárquico entre os diversos filhos de Maria, ainda que todos sejam dignos de seu grande amor. Assim, cabe ao orador provar que os africanos de fato fazem parte do conjunto desses filhos e também considerar o lugar hierárquico dos “pretos” entre os demais homens que têm fé e conhecimento de Cristo.

Para provar a participação dos africanos entre os filhos de Maria, Vieira mobiliza, em primeiro lugar, um argumento escritural. Especialmente, identifica, no Salmo 86, cântico sobre a Glória de Sião conhecido como *Salmo dos Filhos de Coré*, a nomeação dos Pretos (Etiópes) entre aqueles povos que conhecem a Deus e que, como filhos de Maria, têm lugar “escrito e matriculado nos livros de Deus, e nas Sagradas Escrituras”<sup>33</sup>. O pregador, em seguida, lança mão da autoridade de São Tomás de Aquino, que coloca os Pretos, como frisa o jesuíta, ao fim da lista dos que nasceram da Virgem. A presença dos Etiópes na listagem de São Tomás indica, em primeiro lugar, a participação dos mesmos no plano salvífico. Ao mesmo tempo, ela é tomada por Vieira como significativa da posição “mais baixa e menos estimada” dos africanos na hierarquia dos cristãos. Isso por conta de figurarem como último nome da lista. Assim, ainda que em posição hierárquica baixíssima, os Pretos são vistos, aqui, como dignos do amor maternal de Maria<sup>34</sup>. Mas ainda falta, ao orador, demonstrar que esta dignidade foi por eles conseguida no calvário, quando passariam por um segundo nascimento, tal como passou também Jesus e São João Batista.

A identificação entre as palavras *Coré* e *Calvário* – conforme a autoridade de Santo Agostinho – funciona, no sermão, para demonstrar que, sendo “filhos de Core” (conforme identificado no Salmo 36), os Pretos são “filhos do Calvário”, tendo, pois, nascido (de um outro e novo nascimento) ao pé da Cruz. Assim, Jesus, João e os Pretos seriam, todos, filhos de Maria, a partir de um segundo nascimento, em Jerusalém<sup>35</sup>. Mas Vieira não para a argumentação por aí. Dirá ele que os Etiópes, aqueles Pretos renascidos no Calvário como filhos de Maria, que conhecem e têm fé em Deus, não são todos os africanos indistintamente. Isso porque aqueles que vivem conforme suas gentilidades, nas suas terras de origem, estão fora do grêmio da Igreja e, logo, não conhecem a Deus. Os Etiópes

aos quais se refere o Salmo 86 são aqueles que, conforme o pregador, “por Mercê de Deus, e de sua Santíssima Mãe, por meio da Fé e conhecimento de Cristo, e por virtude do Batismo são Cristãos”<sup>36</sup>. Isso quer dizer, em última análise, que a escravidão africana na América portuguesa resgataria, entre os Pretos, aqueles que, no Calvário, renasceram como membros inferiores de Cristo, filhos da mesma mãe, que, pela Fé e pelo Batismo, ganharam a graça de poder buscar a salvação longe das “trevas” de seu continente. Assim, por meio dos portugueses e da estrutura de seu Império Ultramarino (especialmente no Brasil), a promessa de salvação dos Etíopes fazia-se cumprir.

Para concluir a argumentação de que os Pretos também são filhos do calvário e, como tais, filhos amados de Maria, unidos pelo amor a Jesus, o pregador considera o significado de eles serem “membros de Cristo”. Nesse contexto, mobiliza-se um trecho da Primeira Epístola de Paulo aos Coríntios, segundo a qual Cristo, tal como o corpo, é composto por muitos membros distintos e, ao mesmo tempo, único em sua totalidade. Em seguida, citando Guilherme Abade, Vieira afirma que *Mater Christi Mater est membrorum Christi, quia caput et corpus unus est Christus*. Esta fórmula faz de Maria mãe não só de Cristo como cabeça da Cristandade, mas de todos aqueles que se distribuem como membros hierarquicamente distintos no interior do *Corpo Místico*. Nesse sentido, ela é mãe de todos aqueles que se identificam, por amor, com Jesus crucificado, unindo-se a ele nas partes inferiores do *Corpo Místico* que lhes caibam, ao pé da Cruz, em meio às dores do calvário. Entre eles está João Evangelista; entre eles estão os Etíopes. A salvação depende dessa união com Cristo e de um segundo nascimento do ventre de Maria, o que implica, também, descer do Céu e morrer em uma Cruz, tal como o Salvador<sup>37</sup>. Prepara-se, assim, o sermão para a sua seqüência, quando, enfim, o enigma da escravidão, do padecimento/renascimento em um “doce inferno”, deve ser desvendado à luz da teologia.

No sentido exposto acima, ser capturado; batizado em Luanda ou outro porto do Império português na África; trazido para o Brasil em um tumbeiro; vendido no mercado de escravos; transformado em mão-de-obra servil nos engenhos de açúcar, onde, além de ser exposto a duríssimo trabalho, ainda seria constantemente humilhado e mal tratado, deve ser visto como uma bênção pelo cativo. Buscando persuadi-los de

que o ato amoroso de Deus e de Maria de os tirarem da ignorância da Religião e da gentilidade em que viviam para que se tornassem cristãos e escravo no Brasil impõe-lhes a obrigação de dar graças a Deus, Vieira inicia sua fala voltada especialmente aos Pretos. Mais especificamente, o pregador representa o cativo como milagre do Rosário, que faz cumprir, pela mão dos portugueses, a profecia de Davi segundo a qual os Etíopes deixariam suas idolatria e gentilidades para “se ajoelharem diante do verdadeiro Deus”. Literalmente, o pregador exclama aos Pretos: Maria “vos escolheu (...) e vos trouxe ao grêmio da Igreja, para que lá, como vossos pais, vos não perdêsseis, e cá, como filhos seus, vos salvásseis”<sup>38</sup>. Para o jesuíta, este é o maior e mais universal milagre do Rosário e, por isso, os Pretos deveriam a ele a sua salvação, tornando-se, pois, devotos de Maria e não deixando de observar a obrigação de rezar os seus mistérios.

Vieira explica o caráter miraculoso do cativo a partir de um argumento escritural retirado do livro *Números*, que trata, dentre outros assuntos, da “sedição de Coré”<sup>39</sup>. De Nm 26:10-11, o pregador destaca o seguinte trecho: *factum est grande miraculum, ut Core pereunte, filii illius non perirent*. Vieira esclarece que o fato extraordinariamente misericordioso ali reside no perdão de Deus aos filhos de pais rebeldes, salvando-os de terem o mesmo destino dos seus pais, que se condenaram ao Inferno e ao perecimento. E por que os filhos de Coré se salvaram enquanto seus pais pereceram? Responde o jesuíta: “porque reconheceram, veneraram, e obedeceram a Deus: e esta é a singular felicidade do vosso estado, verdadeiramente milagroso”<sup>40</sup>.

Por último, para reforçar o milagre da salvação dos Pretos, Vieira o reconta alegoricamente na história de Esaú e Jacó. Para o pregador, Isaac poderia ser lido no lugar de Deus Pai, enquanto Rebeca no lugar da Virgem Mãe. Nesse caminho, Esaú, que andava pelo mato com arco e flecha, representaria os Etíopes do passado; enquanto Jacó, que ficava em casa com seus pais, seria como os escravos no Brasil, vivendo no seio da Igreja. Segundo se conta no sermão, Jacó, ao contrário de Esaú, foi abençoado por Isaac, pois era amado por sua mãe e por seu pai ter sentido, no momento da bênção, cheiro de rosas e flores, o que Vieira interpreta como o agrado que sente Deus diante do Rosário, da memória dos mistérios. Assim, Jacó, como representação dos Pretos escolhidos

para serem salvos, também teria sido abençoado por obra milagrosa do Rosário<sup>41</sup>.

A devoção ao Rosário, assim, torna-se mais do que uma obrigação para os Pretos. Neste sermão, ela se anuncia como a própria condição para que eles se salvem, co-atuando, pois, no milagre de sua conversão. Por isso, Vieira dirige-se aos escravos dizendo que o duro e contínuo trabalho não pode servir de escusa para a falta de cuidado no rezar, culpando a falta de tempo pela escassez de orações. Por outro lado, Vieira também se dirige aos senhores de engenho, desenganando-os a respeito da responsabilidade que têm de propiciar que os Pretos possam conhecer, louvar e servir a Deus. Para os senhores, assim, são recomendadas moderação no trato e atenção aos interesses espirituais (e não somente temporais) relativos aos seus cativos. Para os escravos, o pregador recomenda que sigam o exemplo de Cristo no Calvário, quando, mesmo em meio a dores, humilhações e privações, não deixou de se ater às orações ao Pai. No caso dos escravos, o louvor poderia ser feito mesmo durante o trabalho, através de cantos de hinos e salmos, especialmente aqueles conhecidos como *Pro torcularibus*. Assim, nas dores de seu trabalho, os escravos seriam perfeitos imitadores de Cristo na Paixão, quando, sofrendo e se *martirizando*, meditariam através das canções de Davi<sup>42</sup>.

Os escravos vêm-se, assim, no sermão, movidos a uma dupla imitação de Cristo:

*Oh quão adoçada ficará a dureza, e quão enobrecida a vileza dos vossos trabalhos na harmonia destas vozes do Céu; e quão preciosas seriam, diante de Deus, as vossas penas e aflições, se juntamente lhas oferecerdes em união das que a Virgem Mãe sua padeceu ao pé da Cruz!*<sup>43</sup>

Por um lado, os escravos imitam a Cristo em seus trabalhos penosos; imitam-no na paciência com a qual deveriam passar pelo cotidiano de sofrimento, flagelo, humilhações... Por outro, imitam-no, em meditação, na devoção do Rosário, que, segundo explica o pregador, é análogo perfeito do *Pro torcularibus*, o “Saltério de Davi”. A partir da perfeição dessa dupla imitação de Cristo, o jesuíta concluirá sua pregação defendendo que os mistérios dolorosos são os mais ajustados ao *estado*, à *vida* e a *fortuna* dos Pretos, devendo, pois, na impossibilidade de os

escravos meditem todo o Rosário, ser este o conjunto de mistérios privilegiado. Todos os mistérios dolorosos, São João Evangelista, identificado com os Pretos, presenciou. Mobilizando a tópica de que a dor se mede pelo amor, Vieira demonstra que os Pretos, em analogia com aquele santo, herdaram a Cruz do Salvador por serem muito estimados por Deus e por Maria<sup>44</sup>.

O lugar da paixão de Cristo, suportado com paciência e silêncio, é aquele, portanto, reservado para os Pretos na sua história salvífica. Escrituralmente, o padre demonstra que tal lugar é enunciado desde a primeira conversão de um Etíope, conforme aparece em Atos dos Apóstolos (At 8:22) e em Isaías (Is 53:7)<sup>45</sup>. Renascidos como cristãos, os Pretos entravam para o grêmio da Igreja de forma misteriosamente servil. Assim, na Paixão, deveriam buscar *exemplo* de paciência e *alívio* para o trabalho; pois, o Rosário deveria prover tanto o *exemplo* a ser imitado quanto o *alívio* transformador da realidade dura na mais doce experiência mística. É na sua mediação que se bem compreende a alegoria vieiriana do Engenho como “doce inferno”. O Inferno está para o engenho de açúcar na mesma proporção em que está para Paixão. Nesse sentido, sendo análogo à Paixão, é um Inferno aparente, um símile de Inferno. Uma vez que o escravo reconhecesse neste “inferno aparente” o caminho misterioso de sua incorporação amorosa no *Corpo Místico*, louvando a Deus e meditando sobre os mistérios dolorosos de Cristo, conforme provê uma das partes do Rosário, suas dores seriam aliviadas e este Inferno seria, então, convertido em Paraíso.<sup>46</sup>

Como vimos anteriormente, o Rosário é responsável, na sua relação com o sacramento, pela transformação do homem por meio da imitação de Cristo, na meditação de seus mistérios, especialmente os dolorosos. No caso dos escravos, os poderes transformadores e salvíficos desses mistérios apresentam-se exacerbados. Mais do que isso, a própria herança das penas de Cristo opera, no sermão, como sinal de uma vantagem dos escravos em relação aos seus senhores, no que se trata da proximidade da promessa de alcance da glória. Para os escravos, a própria experiência do cativo, combinada com a devoção do Rosário, pode ser encarada como experiência mística poderosíssima a serviço da conversão. Por essa experiência, os senhores de engenho não passam, o que, para Vieira, constitui um risco e motivos de lamentação para esses:

*Oh como quisera e fora justo que também vossos senhores consideraram bem aquela consequência: Si tamen compatimur, ut et conglorificemur. Todos querem ir à Glória, e **ser glorificados com Cristo**; mas não querem padercer, nem **ter parte na Cruz com Cristo**. Não é isto o que nos ensinou a Senhora do Rosário na ordem e disposição do mesmo Rosário. Depois dos mistérios gozosos pôs os dolorosos, e depois dos dolorosos os gloriosos. Por quê? Porque os gostos desta vida têm por consequência as penas, e as penas pelo contrário as glórias (...). **Mais inveja devem ter vossos senhores às vossas penas, do que vós aos seus gostos, a que servis com tanto trabalho. Imitai pois ao Filho e à Mãe de Deus, e acompanhai-os com S. João nos seus mistérios dolorosos, como próprios da vossa condição, e de vossa fortuna, baixa e penosa nesta vida, mas alta e gloriosa, na outra.** No céu cantareis os mistérios gozosos e gloriosos com os Anjos, e lá vos glorificareis de ter sofrido, com grande merecimento, o que eles não podem **no contínuo exercício dos dolorosos**.<sup>47</sup>*

O desfecho de toda a argumentação de Vieira tende para isto: o cativo é, para os escravos, redentor desde que eles o suportem e o assumam como exercício místico das dores de Cristo. Para isso, serve-lhes a obrigação de venerarem a Deus e aos mistérios do Rosário de Maria, cuja *meditação*, especialmente dos dolorosos, alivia as dores na terra e opera a transformação redentora das fortunas e condições mundanas dos Pretos em glória celestial anunciada. Assim, o sermão busca oferecer aos cativos meios de compreender o lugar que ocupam na ordem social, de acordo com os desígnios providenciais que, em última instância, a fundamentam. Tal compreensão deveria ter como efeito não só a aceitação paciente do cativo, mas, especialmente, o reconhecimento do bem que ele representa para os escravos, no plano de sua salvação, como obra misericordiosa de Deus, como obra do amor que renasce, juntamente com Jesus, João e os Pretos, no Calvário.

Como vimos, para o jesuíta, a grande força do Rosário reside nas distinções que opera no interior do *Sacramento* (Mistério), repartindo-o conforme uma ordem particular que se expressa em quinze diferentes mistérios, dividida em três grupos: o dos mistérios gozosos, o dos

dolorosos e o dos gloriosos. Para Vieira, no *Sacramento*, esta ordem está presente em sua totalidade, porém “confusa em seu acervo”, indistinta e, portanto, difícil de ser “digerida” de tal modo a proporcionar a conversão do fiel. A devoção do Rosário é, por sua vez, uma arte de meditação na qual, por meio das potencialidades da alma, o cristão, considerando a diversidade de mistérios encerrada no Sacramento, consegue fundir-se amorosamente a Cristo, transformando-se, pois, conforme o seu máximo exemplo. Tendo que o *Sacramento*, catolicamente, é a realização da fusão de todos os membros da Igreja no *Corpo Místico* de Cristo e, tendo que, a partir disso, a própria ordem social não é outra senão a própria ordem natural desse *corpo*; o Rosário deve ser entendido, ao mesmo tempo, como um caminho de entrada para esta ordem e mecanismo distintivo que dispõe as partes, conforme suas condições e fortunas, no seu interior. Em suma, o Rosário possibilita ao fiel ingressar no *Corpo Místico*, percebendo o lugar particular e a dignidade própria da posição que ocupa ou passa a ocupar no interior dessa ordem.

De todos os mistérios ordenados conforme o Rosário, os relativos às dores da Paixão e da Morte de Cristo são, por excelência, os mais poderosos a serviço da conversão. Por conseguinte, aqueles que, na ordem social do *Corpo Místico*, ocupam posições mais similares à desses mistérios são muito favorecidos da graça e da misericórdia divinas. A esses, é permitido exercitar a imitação freqüente de Cristo, com sua Cruz, no cotidiano de privações, humilhações e sofrimentos. Se, espelhando-se no exemplo de Cristo, através da meditação do Rosário, suportassem sua condição e sua fortuna com paciência, esses poderiam experimentar a verdadeira benção escondida por trás dos açoites, do trabalho árduo e das ofensas recebidas. O Rosário, assim, torna-se chave da conformação do escravo com o cativo e, mais do que isso, da compreensão teológica do enigma histórico correspondente à justiça do escravismo como elemento constitutivo da ordem social da colônia. A devoção do Rosário, nesses termos, constitui, assim, importante instrumento de produção da concórdia e, pois, de conservação da paz social, harmonizando os interesses salvíficos dos escravos (conforme supunham os jesuítas) com a moldagem econômica do empreendimento colonial do Império português, ainda que não livrasse totalmente a consciência dos senhores de culpa. Mas, nesse

caso, não seria mesmo a função do sermão mais desenganá-los do que consolá-los, fazendo-os agir como cristãos?

## Notas

<sup>1</sup> No interior dessa série de trinta sermões, todos devotados ao Rosário, Vieira, decorosamente, tratará da escravidão africana em outros três exemplares. Os outros sermões do Rosário em que se faz referência à escravidão são os XIV, XVI e XX da série Maria Rosa Mística, impressos entre 1686 e 1687.

<sup>2</sup> CANABRAVA, A. P. José Antônio Andreoni e sua obra. In: ANDREONI, J. A. (André João Antonil). *Cultura e Opulência do Brasil* (Texto da edição de 1711), 2ª. edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 56.

<sup>3</sup> ANDREONI, J. A. (André João Antonil). *Cultura e Opulência do Brasil* (Texto da edição de 1711), 2ª. edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 150.

<sup>4</sup> Referimos-nos ao *Sermão XIV da série Maria Rosa Mística*, que, segundo o próprio Vieira, teria sido pregado na Bahia no ano de 1633 em um Engenho, para uma Irmandade de Pretos devotos do Rosário, na ocasião do dia de São João Evangelista. Também segundo o pregador, este teria sido o seu primeiro sermão, quando ainda estava em vias de ser ordenado sacerdote. Este sermão, mesmo que se considere 1633 como momento de sua primeira proclamação, foi impresso apenas em 1686, no nono volume da edição príncipe dos Sermões de Vieira, ou seja, no primeiro dos dois volumes dedicados à Virgem do Rosário. Para nossa análise, utilizaremos a mais recente edição deste texto, que se encontra em: VIEIRA, A. *Sermões*, Tomo I, São Paulo: Hedra, 2003. pp. 633-658.

<sup>5</sup> Trata-se aqui do *Sermão de Nossa Senhora do Rosário*, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Luz no Colégio da Companhia de Jesus, em São Luís (Maranhão), no ano de 1654. Este sermão também se fez imprimir pela primeira vez, em 1686, no primeiro dos dois volumes da edição príncipe que têm como homenagem a Virgem do Rosário. Ele sucede exatamente o *Sermão XIV*, fechando o volume. Contudo, a este Vieira não numerou, iniciando o seu segundo volume da série de Maria Rosa Mística com o *Sermão XVI*. Para nossa análise, utilizaremos a mais recente edição deste texto, que se encontra em: VIEIRA, A. *Sermões*, Tomo II, São Paulo: Hedra, 2001. pp. 29-52.

<sup>6</sup> Um dos estudos clássicos sobre a História da Companhia de Jesus nas suas primeiras décadas de missão na América portuguesa, *Colonização e Catequese*, de José Maria de Paiva trabalha a articulação entre as gramáticas do *orbs christianus* e da mercancia de forma que consideramos bastante operacional. Partindo de *insights* de Joseph Hoeffner e combinando-os com a leitura sistêmica de explicação da empresa colonial proposta por Fernando Novais, Paiva entende que o *orbs christianus* seria a própria visão de mundo quinhentista que submete tudo à sua causa primeira, Deus, a verdade da História para a qual todas as ações humanas deveriam tender. O Antigo Sistema Colonial, por sua vez, é a forma de realização política, social e econômica concreta de

o português fazer vigor, conforme sua missão providencialmente inspirada, a verdade do *orbs christianus*. Nesse sentido, afirmaria Paiva, a prática *mercantil* e os objetivos dos seus agentes não podem ser colocados em oposição aos interesses religiosos e catequéticos da colonização. Ao contrário, ambas, colonização e catequese, são formas de realização dos objetivos sagrados do *orbs christianus*. Cf.: PAIVA, José Maria de. *Colonização e Catequese 1549 - 1600*, São Paulo: Cortez Editores, 1982. Nova edição ampliada da obra foi recentemente lançada: PAIVA, J. M. *Colonização e Catequese*, São Paulo: Arké, 2006.

<sup>7</sup> A respeito da questão, cf.: ALENCASTRO, L. F. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo: Companhia das letras, 2000. pp. 155-162.

<sup>8</sup> *Idem*. p. 178.

<sup>9</sup> VIEIRA, A. *História do Futuro*, Brasília: Editora da UnB, 2005. p. 135.

<sup>10</sup> *Idem*. pp. 135-136.

<sup>11</sup> POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999. pp. 239-240.

<sup>12</sup> Sobre a apropriação da tradição épica virgiliana, especialmente no contexto de formação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos, remetemos ao trabalho de Lara Vilà i Tomás: *Épica e Império: imitación virgiliana y propaganda política em la épica española del siglo XVI*. Tese de Doutorado. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2001.

<sup>13</sup> Um estudo recente que explora a questão, especialmente tratando da questão das profecias oníricas relativas ao destino do Estado português entre a União Ibérica e o período brigantino é o de Luís Filipe Silvério Lima: *O império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2005.

<sup>14</sup> ANDREONI, J. A. *Op. Cit.* p. 159.

<sup>15</sup> Cf.: PÉCORA, A. *Teatro do sacramento*, São Paulo - Campinas: EdUSP - Editora da Unicamp, 1994. pp. 122-124. Sobre o mesmo assunto, sugerimos, do mesmo autor, “Sermões: a pragmática do mistério”. In: VIEIRA, A. *Sermões*, Tomo II, São Paulo: Hedra, 2001. pp. 11-27.

<sup>16</sup> Isto que aqui se defende como consideração do uno e do diverso na base das analogias alegórico-misteriosas, João Adolfo Hansen explica quando discorre a respeito da interpretação das coisas e homens da Bíblia como alegoria factual na tradição exegética dos teólogos. Diz Hansen que “duas operações complementares são aplicadas aos textos sagrados. Por uma delas, todas as diferenças temporais dos eventos e seres do *Velho Testamento* e do *Novo* (...) participam da identidade do conceito indeterminado de Deus como seres reflexos ou predicados do mesmo. Pela outra operação, afirma-se que a única coisa que se repete no tempo, Deus, é identidade absolutamente indeterminada, fora de todo tempo e de todo conceito; logo, afirma-se que Deus é exterior a qualquer representação, porque é eterno e infinito; mas, simultaneamente, que é sempre um conceito idêntico a si mesmo nos eventos e seres, pois são criados por Ele. Desta maneira, no espaço e no tempo, os eventos, as coisas e os homens se distinguem em número e passam, porque são finitos; o Conceito que os funda, contudo, é absolutamente

idêntico a si mesmo – perfeito, absoluto, infinito e eterno – quando sempre se repete em todos eles em todos os tempos. *A história nunca se repete; o que se repete nela é o seu fundamento, Deus, que é, sempre idêntico a Si, nas diferenças temporais que participam Nele e que O espelham segundo vários graus das analogias, atribuição, proporção, proporcionalidade*”. HANSEN, J. A. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*, São Paulo – Campinas-SP: Hedra – Editora da Unicamp, 2006. pp. 104-105.

<sup>17</sup> VIEIRA, A. “Sermão de Nossa Senhora do Rosário”. In: *Sermões*, Tomo II, São Paulo: Hedra, 2001. p. 36.

<sup>18</sup> *Idem.* p. 31.

<sup>19</sup> *Idem.* pp. 31-32.

<sup>20</sup> *Idem.* p. 35.

<sup>21</sup> *Idem.* p. 37.

<sup>22</sup> *Idem.* p. 42.

<sup>23</sup> *Idem.* p. 43.

<sup>24</sup> É interessante notar a familiaridade desse processo “digestivo” do sacramento com as práticas prescritas nos *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loyola. Nelas, o praticante também busca refletir a respeito de imagens mnemônicas de Cristo (especialmente relativas à Paixão) de modo a colocar-se como seu seguidor. Nesse processo, a imitação serve para unir as vontades do Criador com a da Criatura, de modo que o fiel alcance o mais puro amor de Deus, unindo-se a Ele.

<sup>25</sup> *Idem.* pp. 51-52.

<sup>26</sup> Ronaldo Vainfas, analisando o sermão XXVII do Rosário também nota que: “A pregação elege como ouvintes privilegiados os escravos devotos da santa. Entretanto, admitindo que a matéria exigia ‘maior capacidade da que podeis ter todos’ (os escravos), requisita a atenção dos senhores ali presentes para que ‘mais devagar vos ensinem o que a vós e também a eles muito importa saber’. A intenção de Vieira é, pois, atingir senhores e escravos ao mesmo tempo.” Cf.: VAIFAS, R. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*, Petrópolis: Vozes, 1986. p. 126.

<sup>27</sup> O principal equívoco decorrente da desconsideração dos auditórios aos quais o sermão se destina está na suposta contradição entre, de um lado, um discurso de defesa do escravismo, expresso como sugestão de conformidade do escravo com o cativo, e, de outro, um discurso que condena os terrores dos engenhos e a tirania com a qual os escravos são recorrentemente tratados. No primeiro caso, o que se tem é um discurso dirigido ao escravo, ensinando-o a tomar partido de seu cativo em prol da sua redenção. No segundo, o que há é a produção do desengano do senhor quanto às formas ilegítimas de cativo e aos processos de desvirtuação do “verdadeiro sentido” do uso de sua autoridade. Em nenhum dos casos, vê-se qualquer crítica ao escravismo, mas sim a tentativa de disciplinar as personagens integradas no sistema conforme uma política cristã.

<sup>28</sup> No sermão *XIV*, o desengano dos senhores quanto ao risco de se perderem na autonomização da exploração do escravo é feito de maneira indireta, como na sugestão de que esses pretendem soberbamente alcançar a glória sem, antes, passarem pelas dores de Cristo, como veremos. A explicitação mais evidente da necessidade de os senhores

controlarem seus “excessos” e atentarem (temendo) para a (in)justiça dos cativeiros que mantêm dá-se no sermão *XXVII*: “Tiranizados, devera dizer, ou martirizados, porque serem os miseráveis pingados, lacrados, retalhados, salmourados, e os outros excessos maiores, que calo, mais merecem nome de martírios que de castigos. Pois, estai certos que vos não deveis temer menos da injustiça destas opressões, que dos mesmos cativeiros, quando são injustos; antes, vos digo que mais vos deveis temer delas, porque é muito mais o que Deus as sente.” Cf.: VIEIRA, A. “Sermão *XXVII* com o Santíssimo Sacramento Exposto”. In: *Sermões*, vol. VI, Erechim: EDELBRA, 1998. pp. 66-67.

<sup>29</sup> VIEIRA, A. “Sermão *XIV* da série Maria Rosa Mística”. In: *Sermões*, Tomo I, São Paulo: Hedra, 2003. p. 639

<sup>30</sup> *Idem*. pp. 637-639.

<sup>31</sup> *Idem*. pp. 639-642.

<sup>32</sup> *Idem*. p. 642.

<sup>33</sup> *Idem Ibidem*.

<sup>34</sup> *Idem*. p. 643.

<sup>35</sup> *Idem*. pp. 643-644.

<sup>36</sup> *Idem*. p. 644.

<sup>37</sup> *Idem*. p. 645.

<sup>38</sup> *Idem*. p. 647.

<sup>39</sup> O livro *Números* narra a viagem de Moisés e do povo de Israel do Monte Sinai até as campinas de Moab. Em meio a narrativa, há ainda a descrição de preceitos culturais revelados por Deus a Moisés para que fossem seguidos por seu povo. A revolta liderada por Coré aparece no capítulo 16 deste livro. Ela trata-se mais propriamente de um motim de chefes de comunidades israelitas que puseram em dúvida a autoridade de Moisés. O destino dos revoltosos foi serem mortos por obra de Deus, que feendeu o chão, e para dentro dele, dragou-os. Cf.: *Nm* 16. Já a constatação de que os filhos de Core não foram punidos com a morte e o perecimento reservado aos insurretos aparece em *Nm* 26:10-11, conforme citado por Vieira, no capítulo, pois, consagrado ao segundo recenseamento da comunidade dos israelitas.

<sup>40</sup> *Idem*. p. 648.

<sup>41</sup> *Idem*. pp. 648-649.

<sup>42</sup> *Idem* pp. 650-651.

<sup>43</sup> *Idem* p. 652.

<sup>44</sup> *Idem* pp. 654-656.

<sup>45</sup> *Idem*. p. 654.

<sup>46</sup> *Idem*. pp. 655-656.

<sup>47</sup> *Idem*. p. 658. Grifos meus.